



Grupo eumed.net / Universidad de Málaga y
Red Académica Iberoamericana Local-Global
Indexada en IN-Recs (95 de 136), en LATINDEX (33 DE 36), reconocida por el DICE, incorporada a la
base de datos bibliográfica ISOC, en RePec, resumida en DIALNET y encuadrada en el Grupo C de la
Clasificación Integrada de Revistas Científicas de España.

Vol 12. N° 34

Junio 2019

www.eumed.net/rev/delos/34/index.html

O TURISMO COMO INDUTOR DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS, BRASIL

Elias José Mediotte¹

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
eliasmediotte@gmail.com

Magnus Luiz Emmendoerfer²

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
magnus@ufv.br

Brasil

Conteúdo

Resumo	2
Resumen	2
Abstract	3
1. Introdução.....	3
2. Desenvolvimento socioeconômico	5
3. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico	6
4. Procedimentos metodológicos	7
5. Análise dos resultados	10
6. Considerações finais	15
7. Referências	16

¹ Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC), Brasil. E-mail: eliasmediotte@gmail.com.

² Pós-Doutor em Administração Pública, Universidade do Minho, e em Turismo, Universidade do Algarve, Portugal. Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC), Brasil. E-mail: magnus@ufv.br.

RESUMO

O objetivo do artigo concentra-se em analisar a relevância do turismo para o crescimento econômico e desenvolvimento humano em nível municipal. Utilizou-se no estudo o método quantitativo e descritivo, tendo como universo amostral os 853 municípios do Estado de Minas Gerais, os quais foram analisados através das médias dos indicadores socioeconômicos no horizonte de dez anos (2005-2015), a fim de construir argumentos baseados no objetivo deste artigo. A amostra foi dividida em dois grupos, onde o primeiro grupo foi composto pelos municípios com potencial turístico, segundo a sua categorização indicativa no Mapa do Turismo Brasileiro (MTB). No segundo grupo ficaram reunidos todos os demais municípios mineiros não categorizados no MTB. Os resultados demonstraram dissonâncias entre os aspectos econômicos medidos pelo PIB e os indicadores de desenvolvimento humano, medidos pelo IFDM, seja nos municípios categorizados como turísticos e não turísticos. Com base nos resultados sugere-se que o potencial turístico dos municípios precisa ser desenvolvido para que toda a receita gerada por essa atividade se converta em benefícios sociais para a população local. Desta forma, espera-se que o crescimento econômico gere maior autonomia administrativa aos municípios turísticos, e portanto, torna-se eficaz e pertinente à gestão pública, juntamente com as instâncias deliberativas coletivas locais e os representantes da sociedade civil atuarem, através da governança, a fim de elevar o indicador social ao nível do econômico por meio de políticas inclusivas e voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento socioeconômico. Indicadores socioeconômicos. Municípios. Minas Gerais. Brasil.

EL TURISMO COMO INDUCTOR DE CRECIMIENTO ECONÓMICO Y DESARROLLO HUMANO EN LOS MUNICIPIOS DE MINAS GERAIS, BRASIL

RESUMEN

El objetivo del artículo se concentra en analizar la relevancia del turismo para el crecimiento económico y el desarrollo humano a nivel municipal. Se utilizó en el estudio el método cuantitativo y descriptivo, teniendo como universo muestral los 853 municipios del Estado de Minas Gerais, los cuales fueron analizados a través de las medias de los indicadores socioeconómicos en el horizonte de diez años (2005-2015), a fin de construir argumentos basados en el objetivo de este artículo. La muestra fue dividida en dos grupos, donde el primer grupo fue compuesto por los municipios con potencial turístico, según su categorización indicativa en el Mapa del Turismo Brasileño (MTB). En el segundo grupo quedaron reunidos todos los demás municipios mineros no categorizados en el MTB. Los resultados demostraron disonancias entre los aspectos económicos medidos por el PIB y los indicadores de desarrollo humano, medidos por el IFDM, ya sea en los municipios categorizados como turísticos y no turísticos. Con base en los resultados se sugiere que el potencial turístico de los municipios necesita ser desarrollado para que todos los ingresos generados por esa actividad se convierta en beneficios sociales para la población local. De esta forma, se espera que el crecimiento económico genere mayor autonomía administrativa a los municipios turísticos, y por lo tanto, se vuelve eficaz y pertinente a la gestión pública, junto con las instancias deliberativas colectivas locales y los representantes de la sociedad civil actúen, a través de la gobernanza, a fin de elevar el indicador social a nivel de lo económico a través de políticas inclusivas y orientadas a la mejora de la calidad de vida de las personas.

Palabras clave: Turismo. Desarrollo socioeconómico. Indicadores socioeconómicos. Municípios. Minas Gerais. Brasil.

TOURISM AS INDUCTOR OF ECONOMIC GROWTH AND HUMAN DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITIES OF MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the relevance of tourism for economic growth and human development at the municipal level. The quantitative and descriptive method was used in the study, having as sample universe the 853 municipalities of the State of Minas Gerais, which were analyzed through the means of the socioeconomic indicators in the horizon of ten years (2005-2015), in order to construct arguments based on the purpose of this article. The sample was divided into two groups, where the first group was composed of municipalities with tourist potential, according to their indicative categorization in the Brazilian Tourism Map (MTB). In the second group, all other municipalities not included in the MTB were gathered. The results showed dissonances between the economic aspects measured by the GDP and the indicators of human development, as measured by the IFDM, whether in municipalities classified as tourism or non-tourism. Based on the results, it is suggested that the tourist potential of the municipalities needs to be developed so that all the income generated by this activity becomes social benefits for the local population. In this way, economic growth is expected to generate greater administrative autonomy for tourist municipalities, and therefore, it becomes effective and pertinent to public management, together with local collective deliberative bodies and representatives of civil society, through governance, in order to raise the social indicator at the economic level through inclusive policies aimed at improving the quality of life of people.

Keywords: Tourism. Socioeconomic development. Socioeconomic indicators. Counties. Minas Gerais. Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o turismo tem ocupado lugar de destaque na economia mundial. As demandas turísticas, acompanhadas pela mobilidade global exercem papel central na reprodução dos serviços de turismo (OMT, 2018a). Internacionalmente, o turismo representa 10% da economia mundial (PIB), com capacidade de movimentar US\$ 7,6 trilhões e empregando 292 milhões de trabalhadores, o que segundo a OMT (2018b), equivale a 1 em cada 10 empregos, seja direto, indireto ou induzido. O turismo no Brasil é responsável por movimentar US\$ 152,2 bilhões na economia, correspondendo por 8,5% do PIB nacional e empregar mais de 7 milhões de trabalhadores (Brasil, 2018; OMT, 2018b).

É possível pressupor que o turismo está relacionado ao viés econômico, o qual é um elemento primordial, mas não o único, para se referir ao contexto de desenvolvimento, que por sua vez, é um termo polissêmico, pois ainda que possa ser caracterizado como efeito de crescimento econômico (Furtado, 1983), geralmente seguindo o paradigma capitalista de Max Weber, há um discurso de que a perspectiva social deva incrementá-lo (Emmendoerfer; Soares, 2014; Coriolano *et al*, 2012; Souza, 1997). Desta forma, o desenvolvimento se manifesta através de aspectos econômicos desde que seus efeitos também interfiram em questões sociais (Sen, 2000).

O fato de o crescimento econômico não ser fator determinante para se conceituar o desenvolvimento, é deduzido pela possibilidade de um território apresentar altas arrecadações das suas receitas, e ao mesmo tempo indicar alto índice de desigualdade social (Arretche, 2018; Tomazzoni, 2009). Destarte, pressupõe-se que o desenvolvimento seja um ideal socioeconômico, no qual o processo de expansão do social, ou melhoria da qualidade de vida das pessoas, possa acompanhar o crescimento econômico, à medida em que este se acentua.

O desenvolvimento se origina a partir dos municípios (Reis, 2010; Rosado *et al*, 2009; Montoro, 1976). No contexto turístico eles são chamados de destinos indutores (OMT, 2018c; Brasil, 2015). Ademais, compreende-se que o desenvolvimento e nível municipal é endógeno e *bottom-up*, já que são os municípios que manifestam o cenário social e respondem aos investimentos e receitas auferidas, para o Estado, e consequentemente para o país (Coriolano *et al*, 2012; Soares, 2012; Souza, 1997; Sachs, 1986; Dowbor, 1999).

De acordo com os dados do Mapa do Turismo Brasileiro (MTB), existem 3.285 municípios categorizados com potenciais para o desenvolvimento do turismo local, no país. Vale ressaltar que o Estado de Minas Gerais concentra o maior número de municípios categorizados no MTB, totalizando 555, em 2017 (Brasil, MTur, 2017).

Para este estudo, parte-se do pressuposto que os municípios turísticos são fortes geradores de crescimento econômico. Porém, cabe verificar se os aspectos sociais, também compreendidos como desenvolvimento humano, acompanham este crescimento, quando comparados com municípios não categorizados como turísticos, para assim, classificá-los como indutores de desenvolvimento. A partir dessa proposição, busca-se responder à seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: De que forma se revela a importância do turismo para contexto de desenvolvimento socioeconômico, em nível municipal?

A partir do problema supramencionado, o objetivo central deste artigo concentra-se em analisar o grau de relevância do turismo para o crescimento econômico e desenvolvimento humano, em nível municipal.

Para auxiliar na resposta ao problema proposto, bem como ao objetivo deste estudo, serão considerados como indicador econômico o Produto Interno Bruto (PIB), e como indicadores sociais o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Pretende-se obter os dados dos indicadores socioeconômicos no horizonte temporal de 2005 a 2015, tendo em vista os dados obtidos e disponíveis pelo IFDM e IBGE. Optou-se por estudar os 853 municípios de Minas Gerais (MG), pois o Estado concentra o maior número de destinos turísticos do país. Ressalta-se que para viabilizar a pesquisa e a análise dos resultados, realizou-se um estudo comparado em municípios categorizados com potencial turístico e não turístico, de forma a entender o grau de importância do turismo sobre os aspectos econômicos e sociais como indutor de desenvolvimento.

Na sequência, expõe-se a contextualização sobre Desenvolvimento Socioeconômico, a fim de compreendê-lo como propulsor de crescimento econômico e de desenvolvimento

humano. Em seguida, apresenta-se a concepção de Indicadores Socioeconômicos, os quais nortearam os dados de análise desta pesquisa. A partir dessa contextualização são analisados, metodologicamente, as médias dos indicadores socioeconômicos nos municípios selecionados, no horizonte de 10 (dez) anos, conforme supracitado, a fim de construir argumentos baseados no objetivo deste artigo, os quais possibilitaram formular respostas ao questionamento proposto.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Sabe-se que o crescimento econômico e desenvolvimento foram tidos como sinônimos através de teorias que se sustentaram deste o século XVIII até meados do século XX. Essa perspectiva se fundamentou nesse período devido ao desenvolvimento de países fortemente industrializados, onde o crescimento econômico era atrelado pelas teorias que preconizavam o produto *per capita* com o desenvolvimento social (Santos *et al*, 2017; Veiga, 2010).

No entanto, posterior à década de 1950, uma nova percepção quanto à contextualização que confrontasse essa concepção emergiu quando as evidências mostraram que os países influenciados pela tendência industrialista não demonstraram considerável desenvolvimento. Essa argumentação fica mais evidente nos ensinamentos de Schumpeter (1997) quando teorizou que o crescimento econômico, apesar de importante indicador para o desenvolvimento, não é fator condicionante para tal (Santos *et al*, 2017). Schumpeter (1997) alega que o as relações econômicas sejam o propulsor das relações sociais, e que essas relações influenciarão o desenvolvimento. Portanto, cria-se uma dicotomia entre os fatores de crescimento econômico e desenvolvimento, uma vez que nem todo território com altos índices de desempenho econômico, necessariamente apresentará elevados índices de desempenho social (Sachs, 2004; Schumpeter, 1997).

Assim, o desenvolvimento passa a ser contextualizado em um ambiente além do econômico ou meramente centrado no PIB e acumulação de riquezas. Destaca-se que este último, induz ao tipo de capitalismo que promove desigualdades sociais (Arretche, 2018; Sen, 2000), causadas pela dependência econômica. Portanto, tratando-se de municípios, quando o desenvolvimento está atrelado exclusivamente aos aspectos econômicos, o Estado passa a ser o provedor de políticas assistencialistas de combate à pobreza e de inclusão social (Silva *et al*, 2012). Deste modo, poderá acarretar na perda dos direitos sociais resguardados a todos os cidadãos como saúde, educação, emprego e renda, além das próprias oportunidades econômicas (Figueiredo, 2018; Santos *et al*, 2017; Sachs, 2008; Esping-Andersen, 1991).

O desenvolvimento no turismo municipal possui a premissa de prover crescimento e aperfeiçoamento da localidade, onde serão discutidas e aplicadas as ações turísticas de crescimento econômico e desenvolvimento humano (Scótolto; Netto, 2015; Tomazzoni, 2007; Ávila, 2006). Contudo, observa-se também, que o turismo possa causar resultados contrários a

este pressuposto quando adquire um viés estritamente econômico, promovendo desigualdades, segregação étnica, gentrificação, falta de capacitação profissional e equidade na distribuição de riquezas (Coriolano *et al*, 2012; Carlos, 2015; Smith, 2006; Sotratti, 2016; Harvey, 1996).

3. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

De acordo com a disseminação do conceito de desenvolvimento à luz do crescimento econômico, e suas relações com os aspectos sociais de uma comunidade, há de questionar sobre a possibilidade e viabilidade em mensurar o desenvolvimento.

Nos estudos de Nohlen e Nuscheler (1993), o contorno da extensão sobre desenvolvimento atrelou-se às discussões sobre indicadores socioeconômicos precisamente nos anos de 1970, quando as Organizações das Nações Unidas (ONU), através das agências *United Nations Research Institute for Social Development* (Unrisd) e *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) passaram a analisar indicadores sociais que se referissem à saúde, educação e emprego a fim de avaliar o desenvolvimento nos países em constante crescimento econômico (Siedenberg, 2003).

Para se medir a qualidade de vida e o bem estar social de um território, focalizando o desenvolvimento local, apenas o PIB não é suficiente, pois não possibilita identificar as dimensões relativas às desigualdades, mesmo contemplando parcialmente o estado de bem estar social (Sen, 1999; Sen; Kliksberg, 2010).

Verifica-se que os indicadores socioeconômicos constituem processos políticos e de políticas, que vão além da mensuração do desenvolvimento *per sí*, mas também para descrever o ambiente econômico, social e suas variáveis, em um território.

Como se percebe, indicadores podem ter, além de uma função meramente informativa, também uma função avaliativa, normativa ou decisória, uma vez que servem de referência para a implementação de objetivos, metas e estratégias. Se, por um lado, indicadores podem ser utilizados para controlar políticas, por outro lado a política também pode utilizar indicadores para aumentar os mecanismos de controle e poder (Siedenberg, 2003, p. 59).

No Brasil, o principal indicador social é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que demonstra estatisticamente as variáveis saúde, educação e emprego e renda entre os municípios em todo o país. Esses dados são disponibilizados anualmente pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Educação (MEC) e Saúde (MS).

Quadro 1 – Variáveis componentes do IFDM

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Matrículas na educação infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção da mão de obra local	Abandono no ensino fundamental	Óbitos por causas mal definidas
Geração de Renda formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Salários Médios do emprego formal	Docentes com o ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica
Desigualdade	Média de horas aula diárias no ensino fundamental	
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de Santos et al (2017, p. 173).

Sendo assim, pode-se considerar que o termo desenvolvimento envolve dois processos, sendo o primeiro relativo ao crescimento econômico através da eficiência, e o segundo relativo aos aspectos sociais, de forma qualitativa (Santos *et al*, 2017; Moralles, 2012; Veiga, 2010).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de atender os objetivos propostos, o método quantitativo³ foi utilizado. Além disso, a pesquisa pode ser considerada descritiva, pois visa descrever e encontrar associações entre variáveis ligadas ao crescimento econômico, desenvolvimento municipal e o potencial turístico dos municípios.

O estudo teve como universo todos os 853 municípios do Estado de Minas Gerais. A escolha dessa região se deve ao fato do estado possuir a maior quantidade de municípios com potencial turístico, segundo o Ministério do Turismo (Brasil, MTur, 2017). A amostra⁴ foi dividida em dois grupos, onde o primeiro grupo foi composto pelos municípios com potencial turístico,

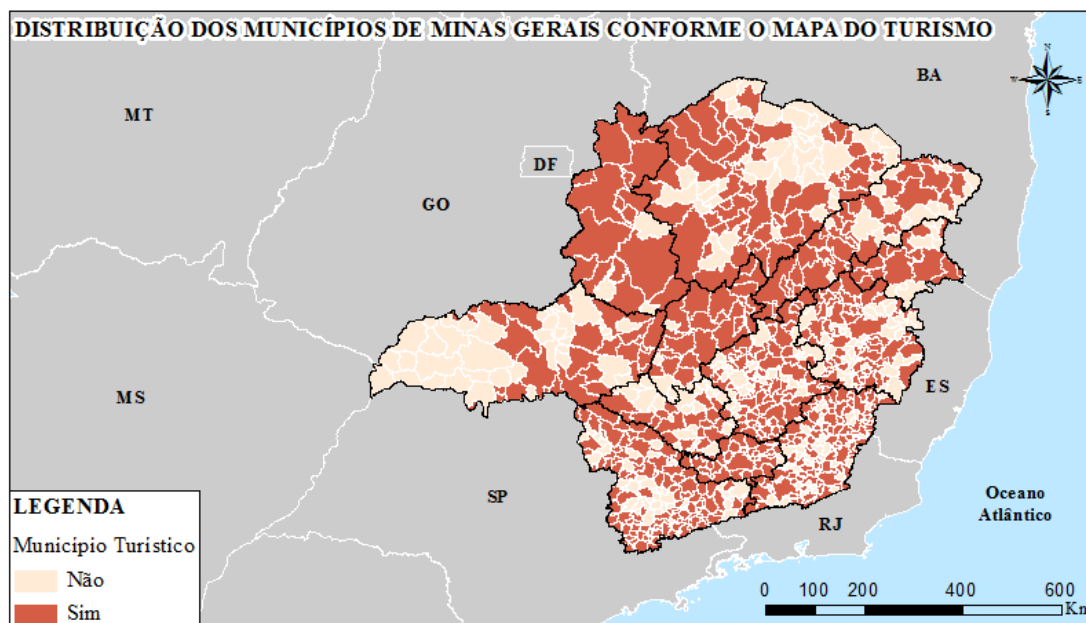
³ Segundo Creswell (2007), na pesquisa quantitativa deve-se utilizar dedutivamente os conceitos ou constructos posicionados dentro do contexto do estudo. Logo, para que se empregue a pesquisa quantitativa é indispensável que o estudo contenha um conjunto de variáveis inter-relacionadas, que sejam passíveis de serem mensuradas por meio de associações ou testes estatísticos, sejam eles paramétricos ou não.

⁴ De acordo com Castañeda *et al* (2010), se a amostra dos dados possuir distribuição normal, são utilizados testes paramétricos. Além disso, nesse tipo de análise as variáveis estudadas normalmente possuem uma escala intervalar (métrica) e a relação entre elas é do tipo independente. Por outro lado, os testes não paramétricos são requisitados em uma análise estatística quando os dados coletados não atendem o pressuposto da normalidade em sua distribuição, sendo estes distribuídos de forma livre.

segundo a classificação indicativa do referido órgão. No segundo grupo ficaram abarcados todos os demais municípios mineiros.

A distribuição dos municípios turísticos, de acordo com MTB, e dos demais municípios de Minas Gerais podem ser observados através da Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Distribuição dos Municípios de MG



Fonte: Elaboração própria com base no MTB (Brasil, MTur, 2018).

As variáveis incluídas no estudo foram selecionadas no sentido de representar com maior fidedignidade possível a relação que o potencial turístico poderia ter com o crescimento econômico e com o desenvolvimento humano (social). Nesse sentido, foram selecionadas as seguintes variáveis:

- **Produto Interno Bruto Municipal (PIB):** É o principal indicador econômico utilizado para mensurar a quantidade de riqueza que um município pode gerar em um período de 1 (um) ano. O PIB é soma todos os bens e serviços finais produzidos por uma determinada cidade. Os dados coletados têm como fonte o site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). É importante destacar que os valores para a série do PIB estão a preços constantes de 2010, isto é, toda a série foi deflacionada para um ano base evitando, dessa forma, que os valores fossem inflados devido à oscilações de preços.
- **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM):** É um indicador composto que aborda, com igual ponderação três dimensões que são consideradas consagradas na literatura acerca do desenvolvimento humano – Emprego e Renda, Educação e Saúde. O IFDM municipal consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local. Este indicador varia entre 0 a 1 onde existem 4 quatro faixa de

classificação, a saber: Baixo desenvolvimento (0 a 0,4); Desenvolvimento Regular (0,4 a 0,6); Desenvolvimento Moderado (0,6 a 0,8) e Alto desenvolvimento (0,8 a 1,0). Os dados do IFDM são disponibilizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018) em seu portal eletrônico oficial.

- **Potencial Turístico:** Minas Gerais é o Estado com maior número de municípios potenciais de turismo, categorizados no MTB e contém o maior acervo cultural e histórico do país, segundo a lista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao apresentar o Patrimônio Mundial no Brasil, declarado pela Unesco (2018). De acordo com o MTB, o estudo de categorização permite identificar os municípios potencialmente turísticos através de categorias A, B, C, D e E. A Categorização é um instrumento estratégico de implementação de políticas públicas, que considera as peculiaridades de cada município, de forma que os municípios categorizados possam demonstrar seus desempenhos econômicos, periodicamente (Brasil, 2018).

Para analisar os dados, além das estatísticas descritivas tradicionais como média, desvio padrão e análise exploratória de dados, foram utilizados testes de médias para verificar se ocorreram diferenças estatisticamente significativas entre o PIB e IFDM dos municípios turísticos de Minas Gerais, em relação aos demais municípios deste mesmo Estado.

Como na presente pesquisa existem apenas duas amostras, o teste recomendado é o *t* de *Student*. Os testes *t* se utilizam quando se quer determinar se existem diferenças significativas entre 2 grupos (teste *t* para amostras independentes), diferenças entre o mesmo grupo antes e depois de ocorrer algum fenômeno (teste *t* para amostras pareadas) ou ainda quando se existe diferença para o grupo testado em relação a algum parâmetro da população (teste *t* para uma amostra). Em alternativa ao teste *t* de *Student* para duas amostras independentes pode-se citar o teste de Mann-Whitney⁵.

A estatística do teste é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$U_1 = n_1 n_2 + \frac{n_1(n_1 + 1)}{2} - R_1$$
$$U_2 = n_1 n_2 + \frac{n_2(n_2 + 1)}{2} - R_2$$

Onde U_1 e U_2 representam a estatística do teste para amostra 1 e 2, respectivamente, n_1 e n_2 é a dimensão de cada uma das amostras e R_1 e R_2 representam a soma das ordens do *ranking* em cada uma das amostras pesquisadas.

⁵ O teste Mann-Whitney verifica se existem diferenças significativas entre duas amostras independentes a partir da mediana observada para cada amostra. Sua estatística é baseada nessa medida, pois para a realização do teste todas as observações são ordenadas em *ranking*, do maior valor para o menor e então verificada as diferenças entre os postos ocupados em cada amostra. Ocorrendo um empate, é calculada uma média simples entre as observações para que estas ocupem um posto na ocasião da não ocorrência do empate (Maroco, 2007).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foi realizada uma Análise Exploratória dos Dados (AED) no intuito de avaliar o comportamento tanto do PIB, quanto do IFDM. A partir da AED foi possível observar que existem municípios com dados faltantes ao longo do período de tempo pesquisado, além da presença de uma quantidade significativa de valores atípicos (*outliers*) nas duas amostras. Tais dados atípicos comprometem a análise dos dados, tendo em vista que estes destoam consideravelmente das outras observações, tanto para mais quanto para menos, sendo recomendado sua exclusão das análises para uma investigação futura, a fim compreender os motivos pelos quais aqueles casos se comportaram tão diferentes dos demais.

Assim, após a exclusão dos municípios considerados *outliers*, a amostra escolhida ficou composta por 602 observações, das quais 372 observações foram classificadas como municípios turísticos, e 230 como demais municípios, sem potencial turístico. Com eliminação dos *outliers*, foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk para verificar se os dados do PIB e IFDM apresentavam distribuição normal. Os resultados dos testes identificaram que em todos os anos investigados as duas variáveis não possuíam comportamento normal. Apresenta-se na Tabela 1 a média do PIB em cada uma dessas classificações.

Tabela 1 – Média do PIB (em Mil Reais) para cada ano nas duas amostras pesquisadas.

Ano	Amostra	
	Municípios Turísticos	Demais Municípios
2005	4,9489	4,2858
	(3,4940)	(3,3671)
2006	1,0132	8,8185
	(7,4090)	(6,9941)
2007	7,7803	6,6773
	(5,8046)	(5,3194)
2008	6,8357	5,9054
	(5,1168)	(4,9368)
2009	9,8618	8,4238
	(7,2265)	(6,8097)
2010	8,5438	7,6299
	(6,6943)	(5,0879)
2011	9,2814	8,6068
	(7,4825)	(1,1496)
2012	1,1628	1,0363
	(9,5069)	(1,3614)
2013	1,2441	1,0980
	(1,0233)	(1,3945)
2014	1,2661	1,1033
	(1,0698)	(1,4072)
2015	7,9845	6,5372
	(6,5374)	(5,9056)

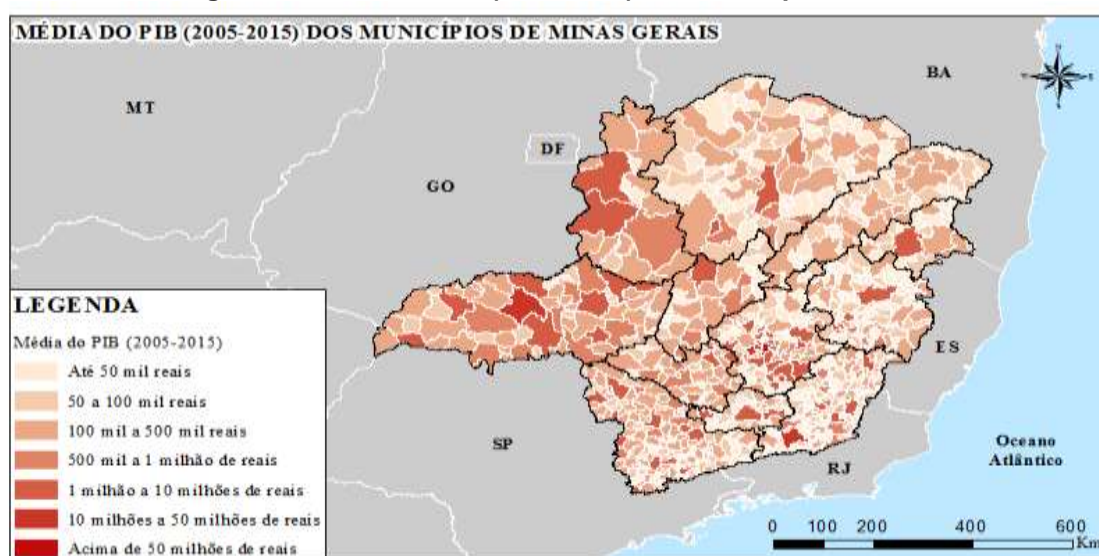
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

Nota: Os valores entre parênteses representam os desvios padrão.

Como foi possível observar pela Tabela 1, com exceção do ano de 2006, em todos os demais períodos, a média do PIB dos Municípios Turísticos foi superior aos municípios classificados como sem potencial turístico (Demais municípios). Porém, é importante destacar a variabilidade das amostras. Mesmo excluindo-se os casos considerados *outliers* notou-se que existem grandes diferenças entre o menor e o maior PIB de cada amostra, justificando dessa forma os valores observados nos desvios padrão. Ainda que a média dos municípios turísticos tenha ficado acima dos demais municípios na maioria dos anos investigados, a média anual entre as duas amostras apresentou-se muito semelhante. Em outras palavras, para os 10 anos investigados, o PIB dos municípios turísticos apresentou uma média de 5,4590 mil reais ao passo que os demais municípios estiveram com sua média em 5,4436 mil reais.

Conforme identificado através da Tabela 1, é possível demonstrar de forma ilustrativa a média do PIB dos Municípios de Minas Gerais, a partir da Figura 2:

Figura 2 – Média do PIB (2005-2015) dos Municípios de MG



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

De forma semelhante à Tabela 1, apresenta-se na Tabela 2 o IFDM de cada ano investigado, separadamente, para cada amostra pesquisada.

Tabela 2 – Média do IFDM para cada ano nas duas amostras pesquisadas.

Ano	Amostra	
	Municípios Turísticos	Demais Municípios
2005	0,5545	0,5574
	(0,0955)	(0,0959)
2006	0,5763	0,5790
	(0,0939)	(0,0971)
2007	0,5977	0,6017
	(0,0892)	(0,0885)
2008	0,5885	0,5916
	(0,0888)	(0,0901)
2009	0,6210	0,6227

Ano	Amostra	
	Municípios Turísticos	Demais Municípios
2010	(0,0857)	(0,0840)
	0,6375	0,6382
	(0,0804)	(0,0817)
2011	0,6513	0,6524
	(0,0805)	(0,0808)
	0,6699	0,6679
2012	(0,0736)	(0,0748)
	0,6854	0,6805
	(0,06742)	(0,06964)
2013	0,6749	0,6751
	(0,0630)	(0,0651)
	0,6501	0,6538
2015	(0,0573)	(0,06197)

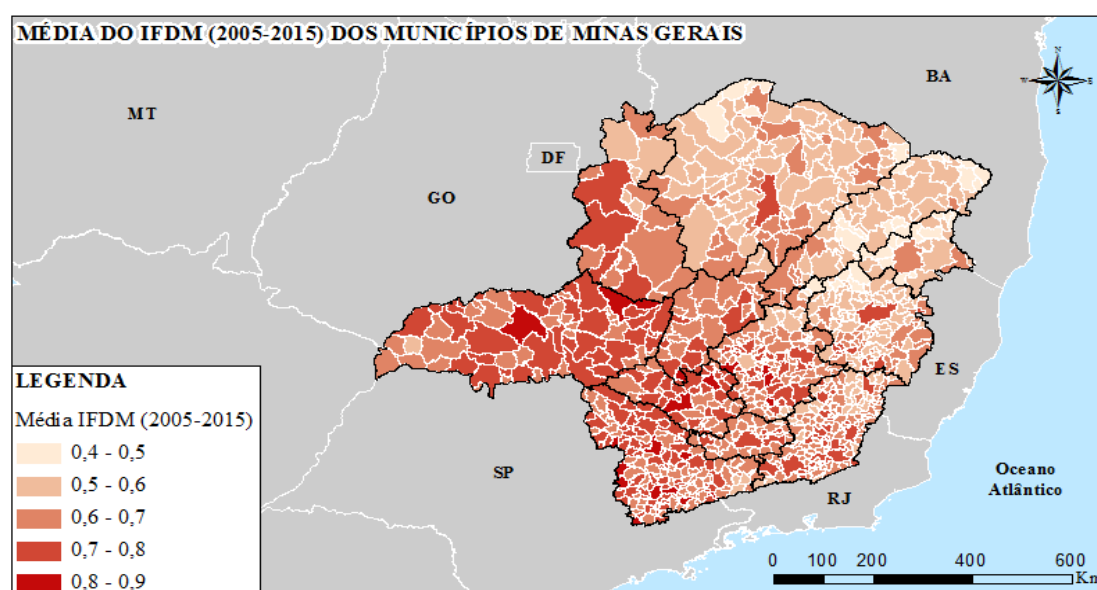
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

Nota: Os valores entre parênteses representam os desvios padrão.

A partir dos dados da Tabela 2 foi constatado que o IFDM das duas amostras está muito próximo, contudo há ligeira dominância para os municípios classificados sem potencial turístico. Além disso, a dispersão das observações nas duas amostras é muito semelhante, uma vez que os desvios padrão observados estão muito próximos. Ao considerar todo o intervalo investigado pode-se dizer que a média do IFDM ao longo desses anos para os municípios turísticos foi de 0,6221 enquanto que os demais municípios obtiveram uma média 0,6222. Assim, tanto os municípios turísticos como os demais tiveram um desenvolvimento moderado ao longo dos anos, conforme a classificação imposta pelo próprio IFDM.

Conforme identificado através da Tabela 2, é possível demonstrar de forma ilustrativa a média do IFDM dos Municípios de Minas Gerais, a partir da Figura 3:

Figura 3 – Média do IFDM (2005-2015) dos Municípios de MG



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

No intuito de verificar se, de alguma forma, o poder turístico dos municípios foi capaz de gerar mais riquezas para o local, e dessa forma promover o desenvolvimento, aplicou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney em relação ao PIB e ao IFDM junto a amostra dos municípios. A realização deste teste não paramétrico se deve a natureza dos dados, isto é, no momento da análise exploratória de dados foi identificado que tanto os dados referentes ao PIB quanto do IFDM não possuíam distribuição normal, mesmo sem a presença dos *outliers*. Nesse sentido, como alternativa não paramétrica utilizou-se o teste Mann-Whitney. Os resultados para o PIB podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Análise não paramétrica entre o PIB e potencial turísticos dos municípios pesquisados.

Ano	Grupo	Média do Ranking	P-valor
2005	Demais Municípios	274,90	0,003
	Municípios Turísticos	317,95	
2006	Demais Municípios	279,34	0,014
	Municípios Turísticos	315,20	
2007	Demais Municípios	277,67	0,008
	Municípios Turísticos	316,23	
2008	Demais Municípios	275,78	0,004
	Municípios Turísticos	317,40	
2009	Demais Municípios	275,44	0,004
	Municípios Turísticos	317,61	
2010	Demais Municípios	273,67	0,002
	Municípios Turísticos	318,71	
2011	Demais Municípios	277,14	0,004
	Municípios Turísticos	310,61	
2012	Demais Municípios	272,27	0,001
	Municípios Turísticos	319,58	
2013	Demais Municípios	272,45	0,001
	Municípios Turísticos	319,58	
2014	Demais Municípios	272,15	0,001
	Municípios Turísticos	319,65	
2015	Demais Municípios	270,47	0,001
	Municípios Turísticos	320,69	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, pode-se afirmar que ocorreram diferenças estatisticamente significativas entre o ranqueamento dos PIB's dos municípios turísticos e os demais, levando em consideração um alfa de 5%. Ao se observar a média dos *rankings*, ficou constatado que os maiores PIB's encontrados foram daqueles municípios classificados como turísticos.

O fato dos municípios com potencial turístico possuírem um PIB maior do que os demais não significa, necessariamente, que o primeiro grupo consiga possuir melhores indicadores de desenvolvimento. É necessário que se transforme toda a riqueza gerada em benefícios para a população, de modo que as condições de renda, saúde, educação, entre outros fatores, promovam o desenvolvimento. Para verificar se, de fato, os municípios com potencial turístico conseguiram melhores indicadores que os demais, apresenta-se na Tabela 4 o teste Mann-Whitney entre o IFDM e o potencial turístico dos municípios.

Tabela 4 – Análise não paramétrica entre o IFDM e potencial turísticos dos municípios pesquisados.

Ano	Grupo	Média do Ranking	P-valor
2005	Demais Municípios	296,24	0,756
	Municípios Turísticos	291,77	
2006	Demais Municípios	297,95	0,825
	Municípios Turísticos	294,77	
2007	Demais Municípios	303,87	0,626
	Municípios Turísticos	296,79	
2008	Demais Municípios	303,04	0,653
	Municípios Turísticos	296,50	
2009	Demais Municípios	302,88	0,878
	Municípios Turísticos	300,65	
2010	Demais Municípios	302,99	0,781
	Municípios Turísticos	298,95	
2011	Demais Municípios	302,76	0,845
	Municípios Turísticos	299,92	
2012	Demais Municípios	296,49	0,617
	Municípios Turísticos	303,78	
2013	Demais Municípios	292,48	0,403
	Municípios Turísticos	304,65	
2014	Demais Municípios	301,88	0,967
	Municípios Turísticos	301,27	
2015	Demais Municípios	306,88	0,566
	Municípios Turísticos	298,30	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2018).

A partir dos resultados identificados na Tabela 4 ficou evidenciado que em nenhum dos anos pesquisados foram detectadas diferenças estatisticamente significativas entre o IFDM dos municípios turísticos e os demais, considerando um alfa de 5%. Em outras palavras, esses resultados demonstraram que não existem evidências estatísticas que apontem que os municípios turísticos tenham conseguido transformar toda geração riqueza captada pelo PIB em melhores indicadores de desenvolvimento, aqui medidos pelo IFDM. Isso significa que o potencial turístico desses municípios ainda precisa ser trabalhado para que toda receita gerada por essa atividade se converta em benefícios para a população local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos pelo presente estudo, notou-se que os municípios turísticos de Minas Gerais possuem bons indicadores de crescimento econômico, em detrimento do social ou desenvolvimento humano. Em contrapartida, os municípios não turísticos apresentam, mesmo que muito próximos, maior índice de desenvolvimento social e menor potencial econômico, comparados aos categorizados no MTB.

Deste modo, percebe-se que, a partir das amostras estudadas, o turismo possui alto grau de relevância econômica e médio ou baixo grau de relevância no desenvolvimento social ou humano, o que leva a pressupor que a prática turística assume um viés voltado para o fator econômico, assim como apregoa a ideologia do século XVIII a meados do século XX, quando o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento econômico.

Para os municípios turísticos que apresentam baixa relevância ao desenvolvimento humano ou social, torna-se eficaz às instâncias que estão planejando e implementando políticas públicas de exploração do turismo, discutir ações de desenvolvimento social sustentável para que a comunidade local, no presente, e as gerações futuras, possam se beneficiar das riquezas geradas na atualidade. Tendo em vista os resultados obtidos nos testes aplicados nas amostras estudadas, espera-se que o crescimento econômico gere maior autonomia administrativa aos municípios turísticos, e portanto, torna-se eficaz e pertinente à gestão pública, juntamente com as instâncias deliberativas coletivas locais e os representantes da sociedade civil, atuarem através da governança, a fim de elevar o indicador social ao nível do econômico, por meio de políticas inclusivas e voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Desta forma o turismo poderá exercer o importante papel de desenvolvimento socioeconômico, pois além de dispor de grande potencial para impulsionar o crescimento econômico, poderá também construir um espaço socialmente ideal, eminentemente promissor.

Assim também como nos municípios não categorizados como turísticos, e que apresentam maior índice de desenvolvimento humano e menos crescimento econômico, torna-se eficaz a interação com o turismo como meio de promover a localidade, consequentemente preservando o patrimônio social e cultural, além de valorizar o seu território. Em suma, através do turismo, estes municípios poderão garantir maior autonomia econômica para promover o local e aumentar as suas receitas, além de continuar promovendo o bem estar social.

7. REFERÊNCIAS

- Arretche, M. (2018): "Democracia e Redução da Desigualdade Econômica no Brasil. A inclusão dos outsiders". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 33, n. 96, p. 1-23.
- Ávila, V. F. (2006): "Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local". Sobral: UVA.
- Brasil. Ministério do Turismo [Mtur] (2015): "Índice de Competitividade do Turismo Nacional". Relatório Brasil. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Turismo [Mtur] (2018): Mapa do Turismo. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>> Acesso em: 31 de Out. 2018.
- Brasil. Ministério do Turismo [Mtur] (2017): "Mapa do Turismo Brasileiro". Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Turismo [Mtur] (2018): "Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais Emprego e Renda para o Brasil". Brasília, DF.
- Carlos, A. F. A. (2015): A tragédia urbana. In: Alvarez, I. P.; Carlos, A. F. A.; Volochko, D. "A cidade como negócio". São Paulo: Contexto.
- Castañeda, M. B.; Cabrera, A. F.; Navarro, Y.; Vries W. (2010): "Procesamiento de datos y análisis estadísticos utilizando SPSS". Un libro práctico para investigadores y administradores educativos". Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Coriolano, L. N.; Medina, J. C. C.; Brasileiro, M. D. S. (2012): "Turismo, Cultura e Desenvolvimento". Campina Grande: EDUEPB.
- Creswell, J. W. (2007): "Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto". 2ª edição, Porto Alegre: Artmed.
- Dowbor, L. (1999): O poder local diante dos novos desafios sociais. In: Fundação Prefeito Faria Lima. Cepam. "O município no século XXI: cenários e perspectivas". São Paulo.
- Emmendoerfer, M. L.; Soares, E. B. S. (2014): "Análise do desenvolvimento turístico e da Denominação designada pelo governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil". *Revista Turismo e Desenvolvimento*. v.3, n° 21-22. p. 139-151.
- Esping-Andersen, G. (1991): "As três economias políticas do Welfare State". *Revista Lua Nova*. Rio de Janeiro. v. 24, nº 03, p. 55-68.
- Figueiredo, A. K. S. (2018): "Análise Espacial do Desenvolvimento e das Desigualdades no Território Sudoeste Baiano". *Rev. Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 16, n. 44 jul./set. p. 69-104.
- Firjan. (2018): O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>> Acesso em: 08 de Nov. 2018.
- Furtado, C. (1983): "Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico". 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- Harvey, D. (1996): "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". In: Espaço & Debates: *Revista de estudos Regionais e Urbanos*, Ano XVI, nº 39, p. 48-64.

- Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia [IBGE] (2018): Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 08 de Nov. 2018.
- Maroco, J. (2007): “Análise Estatística com Utilização do SPSS”. 3ª edição, Lisboa: Sílabo.
- Montoro, E. A. F. (1976): “O município no desenvolvimento brasileiro”. Revista de Administração de Empresas (RAE). nº 16, v. 5, p. 29-32, Set/Out.
- Morales, H. F. (2012): “Desenvolvimento sócio-econômico, infraestrutura de transportes e inovação: um estudo de caso econométrico e espacial dos efeitos de um Spillover nos Estados brasileiros”. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC - USP), São Carlos, SP. 189f.
- Nohlen, D.; Nuscheler, F. (1993): “Handbuch der Dritten Welt, 8 Bde, Bd. 1, Grundprobleme, Theorien, Strategien”. Gebundenes Buch.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (2018^a): “City Tourism Performance Research”. UNWTO/WTCF, Fev.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (2018b): International Network on Regional Economics Mobility and Tourism – INRouTe. Disponível em: <<http://www2.unwto.org>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (2018c): “Tourism Highlights”. UNWTO, Ago. 2018.
- Reis, P. R. D. (2010): “Análise do Nível de Desenvolvimento Socioeconômico da Região Norte de Minas Gerais Antes e Após a Implantação dos Perímetros Públicos de Irrigação”. Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) – ANPAD. Vitória/ES. 28-30 nov. 2010.
- Rosado, P. L.; Rossato, M. V.; Lima, J. E. (2009): “Análise do Desenvolvimento Socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais”. Revista Econômica do Nordeste. v. 40, n. 2, 297-310, abr./jun.
- Sachs, I. (2008): “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Sachs, I. (2004): “Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado”. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (1986): “Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento”. São Paulo: Vértice.
- Santos, N. B.; Faria, A. M. M.; Dallemole, D.; Manso, J. R. P. (2017): “Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos de 2005 a 2013”. INTERAÇÕES. v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set.
- Schumpeter, J. A. (1997): “Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico”. São Paulo: Nova Cultura.
- Scótolto, D.; Netto, A. P. (2015): “Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local”. Revista de Cultura e Turismo (CULTUR), n. 1, p. 36-59, fev.
- Sen, A. (2000): “Desenvolvimento como liberdade”. São Paulo: CIA. Das Pedras.
- Sen, A. (1999): “Sobre economia e ética”. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A.; Kliksberg, B. (2010): “As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado”. (eBook Kindle). São Paulo: Companhia das Letras.

- Siedenberg, D. R. (2003): "Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese". Rev. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 1, nº 1, jan./jun. p. 45-71.
- Silva, F. C.; Lima, A. A. T. F. C.; Teixeira, M. A. C. (2012): "A cooperação intermunicipal nos circuitos turísticos de Minas Gerais". Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica vol. 7, nº 1, Abr. p. 1-19.
- Smith, N. (2006): A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. "De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos". São Paulo: Annablume. p. 58-87.
- Soares, E. B. S. (2012): "Planejamento Público Estadual e Desenvolvimento Turístico de Destinos Indutores em Minas Gerais (2007-2010)". Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 198 f.
- Sotratti, M. A. (2016): "A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas". In: Boletim Campineiro de Geografia, v. 6, n. 2: Temática: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, p. 303-323.
- Souza, M. L. (1997): "Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social". Revista Território. Ano II, nº 3, p. 13-35, jul./dez.
- Tomazzoni, E. L. (2009): "Turismo e desenvolvimento regional. Dimensões, elementos e indicadores". Caxias do Sul: Educs.
- Tomazzoni, E. L. (2007): "Turismo e Desenvolvimento Regional. Modelo APL TUR aplicado à região das Hortências (Rio Grande do Sul – Brasil)". Tese (Doutorado em Turismo). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP. 385 f.
- Veiga, J. E. (2010): "Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI". Rio de Janeiro: Garamond.